



REALIDADES ASSUMIDAS PELA EDUCAÇÃO BÁSICA: a formação nos anos finais do ensino fundamental na escola municipal Adília Tertulina de Freitas.

José Ilânio Chaves¹; Vandygna Emiliana Chaves da Silva²

¹ *Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado “Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia” – CAMEAM; ilanio_chaves@hotmail.com*

² *Graduanda do Curso de Geografia do Campus Avançado “Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia” – CAMEAM da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN; vamdygnaemilianarcc@hotmail.com*

Resumo

A análise sobre o contexto formativo no segundo ciclo do ensino fundamental da Escola Municipal Adília Tertulina de Freitas foi fundamental para compreendermos sua organização e ampliarmos nossa visão sobre as dificuldades que impera seu processo educativo, dentro de um quadro das políticas educacionais que se processaram a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo em questão, tem por objetivo compreender a educação praticada nessa unidade escolar para uma melhor reflexão sobre o ensino e a formação de seus alunos. Busca-se com essa proposta, debatermos sobre seu fazer pedagógico, para entendermos as carências e dificuldades que se fazem presentes nesse ambiente escolar e propormos alternativas que venham contribuir para uma melhor promoção da prática de ensino. Para tanto nos apoiamos em leituras bibliográficas e pesquisas de campo na própria instituição, as quais nos possibilitaram ampliar nossos horizontes sobre seu contexto formativo. Assim, constatamos que existem muitas falhas sobre todas as estruturas da educação básica, e na escola em questão concebemos a falta de ambientes adequados para disciplinas específicas, compreendemos que há um déficit nos cursos de formações e apreendemos deficiências relacionadas ao trabalho docente na escola pela atuação de professores em áreas que não são as suas de formação, mas chegamos à conclusão que o maior problema diz respeito ao pouco compromisso dos alunos com a ação educativa.

Palavras-chave: Ensino Fundamental; Formação; Processo Educativo; Ensino.

Introdução

A educação por seu caráter social e de forte expressão para a cidadania torna-se nosso maior bem público a partir da Constituição Federal de 1988, ao passo que passa a ser legitimada como um direito da população, amplamente garantida pelo Estado.

A educação básica, constituída de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio vem a ser um momento fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, por ampliar o acesso ao saber sistematizado e possibilitar um novo redimensionamento sobre as relações sociais.

O estudo em questão foi desenvolvido no segundo ciclo do ensino fundamental da Escola Municipal Adília Tertulina de Freitas, localizada na zona rural da cidade de Coronel João Pessoa, mais precisamente em Vila Caldeirão, buscando assim, compreender a educação



praticada nessa unidade escolar para uma melhor reflexão sobre o ensino e a formação de seus alunos.

Dessa forma, mesmo sabendo dessa nova forma de organização que atingiu a educação nacional a partir da Constituição supracitada, ainda não atingimos o nível esperado no tocante ao ensino público, visto que houve muitas falhas ao longo de sua trajetória no que diz respeito ao gerenciamento tanto dos ambientes escolares quanto das práticas pedagógicas e formação de professores.

O ensino se reafirmou sobre todo o território nacional, mas encontrou resistência nos ambientes escolares, que demoraram para se adaptarem a esse modelo progressivista. Outro entrave importante segue-se a formação inicial dos professores, uma vez que as políticas educacionais fracassaram em seu conjunto, fator bastante comprometedor para a educação como um todo.

Ainda hoje, após décadas de lutas constatamos que a formação desses profissionais não atingiu o patamar esperado, fato que se comprova nos ambientes escolares, quando se observa professores atuando em áreas que não são as suas de formação, e que por não terem o conhecimento esperado em tais disciplinas comprometem o desenvolvimento crítico de seus aprendizes por não terem inovação didática, prática essa que só a formação na área lhe confere.

Assim, acabam por reproduzir nos ambientes escolares alunos desmotivados e pouco comprometidos com a função pedagógica do ensino, alunos que entram no ensino fundamental sem saber seu significado e saem sem compreender seus objetivos. São alunos despossuídos de raciocínio crítico, sem condições de desenvolvimento para o trabalho ou mesmo para a vida em sociedade, por não conseguirem atingir os ideais conferidos pela educação.

Aliado a tudo isso, é de práxis encontrarmos escolas mantendo apenas o nome em sentido abstrato, no sentido conservador do termo, quando se nota o distanciamento entre a comunidade escolar em que impera a falta de organização para traçar planos que venham superar os obstáculos, afim de formar uma prática consistente que possibilite um ensino-aprendizagem eficiente e capacitador dos sujeitos.

Ciente dessas limitações que atinge a educação nacional, procurei entender o papel assumido pelo ensino na Escola Municipal Maria do Carmo de Souza Chaves, afim de analisar a educação e sua função pedagógica em íntima relação com a formação discente.

Metodologia



Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos por fazer inicialmente um levantamento bibliográfico de temáticas relacionadas ao tema proposto, buscando-se com isso compreender pelo menos em parte a forma como a educação nacional está estruturada atualmente, para uma melhor percepção da realidade vivida na Escola Municipal Adília Tertulina de Freitas.

Em um segundo momento foi realizado entrevistas (tanto com os discentes quanto com os docentes do segundo ciclo do ensino fundamental da referida escola), baseadas em questionários quantitativo e qualitativos, procurando-se com isso compreender a realidade local, na tentativa de avaliar os pontos positivos e negativos dessa unidade educacional em sua íntima relação com a educação nacional para uma melhor promoção do ensino-aprendizagem como das práticas pedagógicas nesse ambiente escolar.

Assim, mediante esse recorte empírico foi possível entender como vem sendo desenvolvido o ensino nessa escola, ao ponto de afirmarmos sua contribuição para a vida dos sujeitos que estão envolvidos com sua prática, permitindo também avaliar as perspectivas e perplexidades a que se submete a educação dessa unidade educacional.

Breves Reflexões Sobre a Educação

A educação básica em nosso país ganhou expressão a partir da Constituição Federal de 1988, quando através de uma ação política consistente foi possível delinear novos rumos para a educação nacional, através de uma nova forma de organização.

Dessa forma, a educação que por séculos privava parcela da população ao conhecimento sistematizado, torna-se desde então um direito garantido em nosso ordenamento jurídico para todas as classes sociais. Assim, conforme nos aponta Cury (2008, p.295): “a educação básica é declarada em nosso ordenamento jurídico maior, como direito do cidadão – dever do estado”.

Consoante a isto, a educação básica foi sistematizada em três etapas: educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, constituída de uma realidade única e progressivista que atingiu diretamente o pacto federativo e a organização pedagógica das instituições escolares.

Posteriormente, através da lei 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, novos avanços e metas foram alcançadas com vista a organização da educação escolar, sendo estas um “requisito necessário para prover o homem de condições de participação na vida social [...]” (BYZEZINSKI; 2008, P.178).



Dez anos depois, uma nova lei alterava a estrutura da educação escolar ao provocar mudanças na LDB/1996. Refiro-me à lei n. 11274/2006 que ordenou o ensino fundamental de nove anos, sendo a matrícula de caráter obrigatório a partir dos 6 anos de idade, ao passo que estabeleceu um prazo de 10 anos para as instituições escolares (tanto públicas como privadas) se adequarem as normas pré-estabelecidas. Porém, algumas mudanças já haviam sido antecipadas pela resolução n. 3/2005 do Conselho Nacional de Educação (CNE), em que definiu algumas normas:

Para a educação infantil destinadas a crianças de até 5 anos, a ser realizada na creche (até três anos de idade) e na pré-escola (com crianças de 4 e 5 anos), enquanto o ensino fundamental deveria passar a atender crianças e jovens de 6 a 14 anos, em dois ciclos sucessivos – anos iniciais e anos finais (BYZEZINSKI; 2008, p.179).

Apesar das mudanças que atingiram o ensino como um todo e que permitiram avanços sobre a educação nacional, no que diz respeito ao acesso a todas as classes sociais, ficamos muito aquém do que poderíamos, já que não atingiu diretamente a formação dos professores, sendo notório a desqualificação desses profissionais para atuarem na configuração do ensino fundamental, fator este, sentido nas escolas públicas quando se constata a maioria dos professores atuando em áreas do conhecimento que não são as suas de formação e com uma formação centrada na organização curricular para series iniciais, quando deveria estar organizado por ciclos de desenvolvimento de aprendizagem, considerando o estudo e a pesquisa como elementos norteadores para um bom seguimento do ensino, por seu caráter de criticidade.

Na atualidade, compreendemos que mesmo com a crescente na quantidade dos sistemas de ensino, uma formação adequada não vem sendo desenvolvida no que tange a capacitação das demandas sociais. Consciente dessas limitações, optamos por chamar de tradicional o ensino que perdurou ao longo da educação brasileira e permanece sendo ensinada (SOUZA, 2004).

Nesse contexto, a busca por formas alternativas de ensino ganharam destaque no século XXI, visto as pressões exercida pelas camadas populares que reivindicavam maior autonomia na forma como se apresentava os conteúdos escolares. Diante de tal circunstância, os órgãos responsáveis pela educação passaram a se organizar e debater uma nova postura, com estratégias bem traçadas e conteúdos bem planejados que pudessem minimizar os danos que imperaram em nossa estrutura educacional durante séculos, daí “a criticidade assumir um papel de destaque e passar a ser entendida como uma leitura do real” (VESENTINE, 2004).



Assim, o trabalho do professor assumiu um papel de destaque, visto que esse ser se torna um elemento primordial no que tange as práticas educativas de ensino-aprendizagem. Ao professor, não cabe mais os métodos arcaicos de ensino enraizados em nossa cultura, com aulas expositivas e descritivas, em que se faz uso do livro didático para fins de leitura levando o aluno a simples memorização, mas sim ser um mediador no ambiente escolar em que segundo Pires (2012, p.06): “Ao orientar o aluno, o professor leva-o a aprender a conhecer e, em menor escala, a aprender a fazer, de forma a construir seu próprio conhecimento e não apenas à memorização por meio de um ato mecânico”.

Nessa perspectiva, enquanto um agente mediador, não cabe a este ser reproduzir formulas prontas, mas sim, se abrir a uma perspectiva investigativa e autônoma de busca que possibilite o aluno a aprender se reinventar e transformar informações em conhecimento, dessa forma torná-los agentes críticos-reflexivos, um ser dotado de conhecimento que se autoriza a busca frenética. A esse contexto acrescenta Chaigar (2007, p. 84):

Compreendo que o professor ou a professora que se autoriza no artesanato da docência não teme a invenção e a experimentação, no reforço desses aspectos “éticos e emocionais” que requerem, entretanto, estudos e aprofundamentos teóricos como fatores essenciais para a legitimação da ousadia de quem quer se reinventar.

Entretanto, temos conhecimento que somente um bom relacionamento entre o professor e os alunos não bastam quando se quer construir um caminho sólido para as práticas educativas, visto que, para uma consistente atuação profissional é preciso compreender o ensino como um campo mútuo e interligado por vários fatores que permitem uma redimensão do ser professor, pois como nos afirma Pimenta (2009, p.24): “para saber ensinar não bastam a experiência e os conhecimentos específicos, mas se fazem necessários os saberes pedagógicos e didáticos”.

Compreendido dessa forma, o aluno terá mais possibilidades emancipatória, já que terá em sua volta um ser construtor de conhecimentos que lhe permitirá maior liberdade para interagir sobre os mais variantes conteúdos, uma vez que promoverá a busca frenética como um caminho a ser seguido.

Sendo assim, o aluno deve ser interpretado de acordo com suas características, levando-se em consideração as realidades divergentes e preponderantes assumidas pelos distintos atores sociais que compõem a sala de aula, assim “o aluno é um indivíduo completo e não deve ser reduzido apenas ao campo analítico, deve-se levar em consideração também os campos afetivos e cultural” (ALVES & SAHR; 2009, p.57).



Dessa forma, o aluno desenvolverá suas etapas evolutivas e avançará na direção de um conhecimento profundo, sem formulas prontas, mas libertador que vai se moldando através de uma dinâmica própria que por si só gera uma consistência ao indivíduo, que o transforma em um agente profícuo de novos valores, eis pois uma das finalidades do ambiente escolar. Neste sentido, “um dos objetivos da escola é criar um espaço em que cada criança possa pensar os seus sonhos e realizar aquilo que lhe é possível, no ritmo que lhe é possível” (ALVES; p.04, 2001).

Sendo assim, a escola como um ambiente de interação e valores sociais deve ser um espaço amplamente reprodutor das práticas pedagógicas, em que os membros que a compõem sejam capazes de se reinventar, proporcionando um conhecimento eficaz aqueles a quem se destina, através das práticas didático-pedagógicas. Consoante a isto, “a escola é o lugar do acesso ao saber sistematizado enquanto um direito social de formação para inclusão das pessoas no mundo da produção, do consumo ou da vida social e cultural contemporânea” (AZAMBUJA; 2011, P.185).

Portanto, como espaço que agrega valores, direciona caminhos a seguir e de forte mescla cultural torna-se um espaço heterogêneo de exímio valor social que deve ser compreendida em seu conjunto, ou seja, entre os diferentes agentes que compõem esta unidade para uma profunda produção do ensino aprendizagem.

O Contexto Formativo da Escola Municipal Adília Tertulina de Freitas

Consciente da realidade que se faz presente na educação pública em nosso país, buscamos refletir sobre a condução do ensino na escola aqui referenciada para delinear os seus pontos positivos e negativos, afim de fortalecer sua estrutura educacional para uma melhor promoção do ensino-aprendizagem e adequação de suas práticas educativas.

O segundo ciclo do ensino fundamental na Escola Municipal Adília Tertulina de Freitas, compreendido do 6º ao 9º ano abrange um contingente estudantil de 59 alunos, os quais apresentam características culturais distintas (**Tabela 01**).

TABELA 01 – Distribuição dos Alunos por Anos de Formação.

<i>Anos do Ensino Fundamental</i>	<i>Alunos</i>
6º Ano	14
7º Ano	12
8º Ano	13
9º Ano	20
Total de Alunos	59

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.



A escola conta com um quadro efetivo de (05) cinco professores, distribuídos para as (09) nove disciplinas que compõem a grade curricular desse nível de ensino: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Inglês, Educação Física, Artes e Ensino Religioso. Por questões de um melhor posicionamento, preferimos chamar os professores de P1, P2, P3, P4 e P5 respectivamente. Na (**Tabela 02**) são apresentadas uma análise panorâmica dessa realidade.

TABELA 02 – Análise Panorâmica do Corpo Docente

Professor (a)	Graduação	Anos de Experiência	Leciona na escola	Anos Ensino F.
P1	Graduação e Pós-Graduação em Letras	14	Língua Portuguesa	6º ao 9º Ano
			Ensino Religioso	
P2	Pedagogia e Matemática	6	Matemática	6º ao 9º Ano
			Ciências	8º e 9º Ano
P3	Pedagogia	1	Geografia	9º Ano
			Geo. Ed. Física	8º Ano
			Ciências, Geo. Ed. Física	7º Ano
			Geo. Ed. Física	6º Ano
P4	Pedagogia	1	Artes, História	6º ao 9º Ano
			Ciências	6º Ano
P5	Letras (Hab. Língua Inglesa e Literatura da Língua Inglesa e Ed. Física	15	Inglês	6º ao 9º Ano
			Ed. Física	9º Ano

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Compreende-se dessa forma uma redistribuição de disciplinas com muitas alternâncias entre os professores, sendo apenas P1, P2 e P5 os (03) três com mais tempo de serviços na instituição e que lecionam em suas áreas de formação. Porém P2, no 8º e 9º ano também exerce suas atividades em Ciências, área que apesar de manter ligações diverge completamente do componente em que é graduado.

Enquanto isso, P3 e P4 são recém-chegados na escola e atuam em várias disciplinas por todos os anos do ensino fundamental, mas em áreas do conhecimento muito distante das suas de formação, fator este que pode comprometer o desenvolvimento de seus alunos com relação ao ensino-aprendizagem, por não terem a inovação didática que só a formação na área é capaz de garantir.



No demais, os professores relatam alguns fatores que comprometem o ensino nessa instituição, tais como: a falta de interesse dos alunos, falta de condições estruturais, a baixa quantidade de equipamentos midiáticos (as chamadas tecnologias da informação), como também a pouca disponibilidade de elementos didáticos para disciplinas específicas como Artes, Religião e Educação Física que aliado a pouca presença da família na escola contribui para gerar uma deficiência de leitura, escrita e raciocínio bem significativa nos alunos nessa fase de aprendizagem, haja vista que nesse momento a alfabetização já deve estar concluída e o aluno deve despertar a criticidade de forma elementar.

Dando continuidade, afirmam que apenas uma pequena parte dos alunos participam das aulas porque tem conhecimento que somente através dos estudos vencerão os desafios futuros, alguns só se manifestam em disciplinas específicas como Geografia, Ciências e Ed. Física. A grande maioria não demonstra interesse em debater os conteúdos e ficam calados durante toda a aula, fator esse justificado por uma parte dos alunos ao afirmarem serem comprometidos apenas nas disciplinas que gostam.

Os Professores afirmam inovarem suas aulas através de fontes variadas, concebem o livro didático como uma ferramenta indispensável para o trabalho em sala que deve funcionar como um guia, mas jamais a única. Veja na (**Tabela 03**) as principais fontes que os professores usam para diversificar suas aulas.

TABELA 03 – Fontes Utilizadas pelos Professores nas Aulas

Professor (a)	Fontes Utilizadas nas Aulas
P1	Livro Didático, Revistas e em alguns casos Datashow.
P2	Livro Didático, Internet.
P3	Livro Didático, Revistas e Internet.
P4	Livro Didático, Jornais, Revistas, Internet, Datashow e Livros variados.
P5	Livro Didático, Datashow, Slides, Internet, Rádio para as aulas de músicas e TV para filmes.

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Assim, fica claro que o livro didático se torna o principal material de apoio dos professores na condução das aulas, sendo as outras fontes citadas usadas em casos específicos e em menor abundância. Cabe ressaltar que a internet aqui referenciada é usada como uma fonte de pesquisa realizada em casa tanto pelos professores quanto pelos alunos, haja vista a escola não ter condições estruturais nem financeira para implementar tamanha revolução.

Dessa forma, um ponto de destaque quando se observa a figura acima é a variedade de fontes utilizadas pelo professor P5, que por ser de uma disciplina específica faz de suas aulas um verdadeiro laboratório, ao ponto de atrair a atenção de todos os alunos e permitindo maior interação na aula.



Contudo, para a maioria dos alunos os professores apresentam uma boa didática, inovando suas aulas através de metodologias que facilitam o aprendizado, podendo ser citadas a apresentação de seminários com exposições de produtos relativos aos conteúdos que contribuem para fomentar a escrita e a leitura e superar os desafios impostos a uma boa oralidade.

Apesar da maioria dos alunos aprovarem a forma de seus professores ministrarem as aulas, por aproximarem a realidade global da local enaltecidos por explicações simples e apresentarem uma boa oralidade, porém algumas lacunas são descritas por uma minoria que chega a comprometer a condução do ensino como a falta de interação de alguns professores com seus alunos. Para os mesmos existem profissionais na instituição que não se permitem a cobrança e se apoiam em preencher os alunos com questionários cansativos que em tese não superam as dúvidas dos indivíduos envolvidos com a ação educativa. Outra pequena parte dos alunos relatam que alguns professores apresentam deficiência de escrita, assim como dificuldades para transmitir os conteúdos, o que acaba levando os alunos a falta de interesse pelas disciplinas.

Apesar de todos esses obstáculos relatados, o que mais compromete o ensino nessa instituição segundo os discentes é a falta de estrutura da escola no tocante ao desenvolvimento de algumas atividades relativas a disciplinas específicas que aliado a pouca disponibilidade de materiais agravam o desenvolvimento das práticas educativas. Assim, não se deve responsabilizar o professor A ou B por apresentarem algumas deficiências, problema esse que estar engravado em nossa raiz, são falhas que acompanham os cursos de formações iniciais e adentram a estrutura das próprias escolas, as quais muitas das vezes preenchem os profissionais com grande carga de trabalho e em áreas que não correspondem a de sua formação. Dessa forma, deve ser avaliado todo o rearranjo escolar que em seu conjunto é composto por falhas, o que justifica um conhecimento esfacelado.

Cabe ressaltar que uma parte dos alunos tem conhecimento deste contexto em que estão inseridos e sabem a importância de seus professores para sua formação, já que são profissionais que funcionam como um elo mediador para a construção do conhecimento, e que mesmo apresentando algumas falhas estão sempre buscando nos capacitar de maior autonomia de conhecimento.

Quanto ao desenvolvimento dos alunos e sua capacidade para ingressar no ensino médio, os professores foram enfáticos e divergiram sobre vários conceitos, acompanhe a **(Tabela 04)** para compreender esse processo.



TABELA 04: Capacidade dos Alunos para Ingressar no Ensino Médio

Professor (a)	Desenvolvimento dos Alunos
P1	Uma parte dos alunos tem domínio de leitura e escrita e apresentam um bom raciocínio, enquanto outros levam a aula na brincadeira.
P2	A maioria dos alunos chegam ao segundo ciclo do ensino fundamental com um déficit muito grande de oralidade e escrita, fator que compromete seu desenvolvimento nessa etapa e dificulta sua chegada ao ensino médio.
P3	Uma parte alcançou a maturidade para chegarem ao ensino médio, são aqueles alunos mais comprometidos, enquanto outros precisam aprimorar seus conhecimentos.
P4	Alguns alunos compreendem o estudo como uma alternativa para o futuro e pela dedicação alcançaram o nível esperado de aprendizado que lhes permitem chegar em uma nova etapa, outros muito abaixo do que se espera, concebem essa transição como o simples fato de migrar diariamente da zona rural para a zona urbana, pelo fato de o ensino médio ser oferecido somente na cidade.
P5	Muitos estão habilitado a ingressar o ensino médio sem dificuldades, creio que 90% dos alunos a quem leciono. Uma mínima parte, por não terem o interesse esperado nos estudos, apresentam muitas dificuldades e só conseguem ingressar essa nova realidade porque o sistema de ensino favorece.

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2016

Fica evidente que apenas uma parte dos alunos tem condições de desenvolver um bom estudo no ensino médio, são aqueles mais comprometidos e que tem uma concepção ampla da importância da educação para seu futuro, certamente esses alunos tem um bom acompanhamento dos pais, os quais promovem uma mudança de atitude nesses indivíduos capaz de elevar sua autocritica e impulsionar sua educação.

Outros apresentam muitas dificuldades e chegam ao segundo ciclo do ensino fundamental sem compreender o mínimo do que se espera para essa etapa. Acabam como o P5 relatou, chegando ao ensino médio porque foi favorecido pelo sistema de ensino, sem condições de ampliar seus estudos. São alunos que não tem um bom acompanhamento familiar e veem a escola como um passatempo e o ensino médio como uma alternativa para passear pelas praças da cidade.

Em contrapartida, grande parte dos alunos acreditam que o ensino desenvolvido nessa instituição não é bom o suficiente para promover o desenvolvimento crítico-científico nos aprendizes, por não apresentar um espaço adequado para garantir a qualidade de todas as práticas educativas, e por conter apenas o básico conduz os alunos ao desinteresse, funcionando esse ciclo de ensino apenas como um critério para prosseguir caminho.



Fator esse bastante controverso, já que para desenvolver habilidades em uma outra fase de ensino, deve o aluno estar capacitado a assumir essa nova realidade com conhecimentos adequados e uma atitude de busca que lhe promova o aprendizado em larga escala.

Diante de todos esses pressupostos, os alunos concebem o ensino como um elemento chave para o desenvolvimento humano, por nos permitir formar conhecimentos válidos para toda a vida pelo fato de ser uma fonte de valores morais e éticos.

Nesse jogo cultural, os professores compreendem que o ensino deve passar por transformações, mais cursos devem ser ofertados para que os profissionais estejam sempre se atualizando em suas respectivas áreas, que as escolas forneçam espaços adequados para que os professores tenham condições de realizar aquilo que planejam e que as famílias não percam os valores que sempre legitimaram a educação para um bom prosseguimento das práticas educativas, e assim, fazer do ensino uma ferramenta indispensável para a vida em sociedade, em que na medida que reconstrói saberes faz da educação a base de qualquer ser humano.

Considerações Finais

Esse trabalho teve fundamental importância para compreendermos com mais precisão algumas características que se fazem presentes quanto ao desenvolvimento das práticas educativas no segundo ciclo do ensino fundamental da Escola Municipal Adília Tertulina de Freitas.

Sabe-se que a educação básica em todos seus aspectos estruturais precisa passar por modificações, para promover um ensino que maior autonomia forneça aos indivíduos envolvidos com sua função social.

Consciente dessas limitações estudamos pelo menos em parte a prática de ensino aplicada na escola referenciada, na tentativa de avaliar alguns de seus pontos positivos e negativos, afim de favorecer um melhor redimensionamento em suas funções educativas. Buscou-se assim, auto promover o ensino como um elemento valioso para a formação dos indivíduos por sua função alfabetizadora, capaz de aprimorar habilidades e favorecer um conhecimento eficaz capacitador dos sujeitos.

Portanto, ao abordar essa dinâmica escolar compreendemos um pouco de sua organização e aproximamos uma leitura real daquilo que se faz presente sobre todas as estruturas que compõem a educação básica, e esperamos ter contribuído para conscientizar os estudantes sobre seus pressupostos e fornecer subsídios que venham favorecer um sólido atuar pedagógico sobre seus profissionais.



Referencias

ALVES, A. P. A. F; SAHR, C. L. L. Geografia Ensinada – Geografia Viva? Conceitos e Abordagens para o Ensino Fundamental no Paraná. **Revista Discente Expressões Geográficas**, n. 05, ano V, p.49-60. Florianópolis, maio de 2009.

ALVES, R. A escola dos Meus Sonhos. In: _____ (org.). **A Escola que Sempre Sonhei, sem imaginar que Pudessem Existir**. Campinas-SP: Papirus, 2001 p.41-49.

AZAMBUJA, L. D. Metodologias Cooperativas para Ensinar e Aprender Geografia. In: CALLAI, H. C. (org.) **Educação Geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Unijuí, 2011. P. 185-210.

BYZEZINSHI, I. LDB/1996: uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: _____ (org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 2º ed.- São Paulo: Cortez, 2008 p.167 – 194.

CAMPOS, E. N. [et. Al.]; Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. 7º ed. – São Paulo: Cortez; 2009 p. 15-32.

CARVALHO, M. I. S. S. Como Vai o Ensino de Geografia. In: _____ (org.). **Fim de Século: a escola e a geografia**. 2º ed. – Ijuí: Unijuí; 2004 p. 21-26.

CURY, C. R. J. A Educação Básica como Direito. **Cadernos de Pesquisa**, V. 38, n. 134, p. 239-303, maio/ago. 2008.

PIRES, L. M. Ensino de Geografia: cotidiano, práticas e saberes. **XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – Unicamp**, Campinas, S. V, S. N, p.01-12, 2012.

REGO, N; CASTROGIOVANNI, A. C; KAERCHER, N. A. Nossas Práticas, Nossos Desafios: um olhar por dentro de si. In: CHAIGAR, V. A. M. (org.). **Geografia**. Porto Alegre: Artmed, 2007 p.77-85.

VESENTINI, J. W. Realidades e Perspectivas do Ensino de Geografia no Brasil. In: _____ (org.). **O Ensino de Geografia no Século XXI**. 4º ed. – Campinas-SP: Papirus; 2004 p. 219-248.